

INQUÉRITO CIVIL n. 06.2018.00003482-7

Objeto: Autuar o estabelecimento em razão da comercialização de produto de origem vegetal fora da conformidade legal. Pêssego com agrotóxicos não permitidos para a cultura. PARS.

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio do(a) Promotor(a) de Justiça Neori Rafael Krahll, titular da 6ª Promotoria de Justiça de Lages, com atribuição para atuar na Defesa do Consumidor e o estabelecimento **Comercial Zaffari Ltda, Filial nº 30** pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 92.016.757/0056-65, localizado na rua Hirto Luiz Melegari, 465, bairro Sagrado Coração de Jesus, Município de Lages, Estado de Santa Catarina, CEP **88508-395** pelo seu representante legal, sr. Tiago Zaffari, portador do RG:204865396 e CPF:811.945.100-78 com residência na cidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, endereço: Rua Francisco Alves nº 563 apto 601 doravante denominada **COMPROMISSÁRIO**, ajustam o seguinte:

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 129 da Constituição Federal), assim como a proteção dos interesses difusos, coletivos (artigo 127, inciso III, da CF e artigo 81, incisos I e II, da Lei n. 8.078/90) e individuais homogêneos (artigo 127, inciso IX da CF e artigos 81, inciso III e 82, do CDC);

CONSIDERANDO que o artigo 5º, inciso XXXII da CF impõe que “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor” e que o art. 170 determina que “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios (...) IV – defesa do consumidor”;

CONSIDERANDO ser direito básico do consumidor a proteção de sua vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos (artigo 6º, inciso I, do CDC);

CONSIDERANDO que os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não poderão acarretar riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto

os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição (artigo 8º do CDC);

CONSIDERANDO que o fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança, bem como produto em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes (artigo 10, *caput*, e artigo 39, inciso VIII, ambos do CDC);

CONSIDERANDO que são impróprios ao consumo os produtos nocivos à vida ou à saúde, assim como aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação (artigo 18, § 6º, do CDC);

CONSIDERANDO que o produtor responde pela reparação de danos ocasionados aos consumidores, inclusive de caráter difuso (artigo 6º, inciso VI, do CDC), por defeito do produto (artigo 12, *caput*, do CDC);

CONSIDERANDO que se considera defeituoso o produto quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração o uso e os riscos que lhe são inerentes (artigo 12, § 1º, inciso II, do CDC);

CONSIDERANDO a existência do **Programa Alimento sem Risco** no âmbito do Ministério Público, que conta com a parceria das Secretarias de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, da Saúde, do Desenvolvimento Econômico Sustentável, da Segurança Pública, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; do Ministério da Agricultura e do Abastecimento; da Superintendência do IBAMA em Santa Catarina; do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia em Santa Catarina; da Procuradoria Regional do Trabalho em Santa Catarina; e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Santa Catarina (Termo de Cooperação Técnica n. 19/2010), cujo objetivo é estabelecer estratégias de atuação integradas, para coibir o uso indevido de agrotóxicos, fortalecer a economia agrícola e garantir o direito básico à saúde de agricultores, dos consumidores e da sociedade em geral, bem como o direito a um meio ambiente sadio e equilibrado;

CONSIDERANDO que o consumo de alimentos com resíduos de agrotóxicos proibidos e/ou não autorizados e/ou em quantidade superior aos níveis de tolerância permitidos é potencialmente nocivo à vida e à saúde dos consumidores;

CONSIDERANDO que, por meio do Parecer Técnico Interpretativo n. 2018.019, elaborado pelo CIDASC, com base no Relatório de Ensaio da amostra analisada por Agrosafety Monitoramento Agrícola, tomou-se conhecimento de que foram

encontradas nas amostras de pêssego coletadas no estabelecimento **Comercial Zaffari Ltda**, a presença de resíduos de agrotóxicos de uso não autorizado para referida cultura (NA), portanto, em desconformidade, conforme avaliações toxicológicas do Ministério da Saúde e consoante a legislação pertinente;

CONSIDERANDO que a conduta praticada gera risco de lesão a toda a coletividade, consumidores efetivos e potenciais de gêneros alimentícios, bem como da saúde pública, exposta ao perigo da inserção no mercado de produtos impróprios ao consumo;

RESOLVEM

Firmar o presente **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC** com fulcro no § 6º do artigo 5º da Lei Federal n. 7.347/85, para impedir a comercialização, no âmbito do estabelecimento do **COMPROMISSÁRIO**, de alimentos com resíduos de agrotóxicos em desacordo com a legislação – uso proibido, uso não autorizado –, e contribuir para a implementação do **rastreamento/identificação** da origem do cultivo agrícola, visando identificar o responsável pela produção, e para o **monitoramento** da qualidade dos produtos, fixando sua efetividade nas seguintes cláusulas e respectivas sanções:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DIREITO À INFORMAÇÃO

Art. 1º. O **COMPROMISSÁRIO** assume, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do presente termo, a obrigação de observar a legislação de regência para não expor à venda nem comercializar em sua unidade localizada na Rua Hirto Luiz Melegari, n. 465, Bairro Sagrado Coração de Jesus, CNPJ N. 92.016.757/0056-65 frutas, legumes, verduras, cereais e vegetais sem a rotulagem **no próprio alimento OU em qualquer forma de recipiente de transporte ou de exposição ao consumidor com fins comerciais**, tais como: caixas, embalagens, sacos, prateleiras, refrigeradores, gôndolas, expositores em geral, etiquetas, com as seguintes informações mínimas:

a) identificação do produto;

- b) nome do produtor;
- c) data da embalagem ou número do lote;
- d) registro do produtor (Inscrição Estadual, CNPJ ou CPF) ou código de barras normal ou bidimensional que o substitua, se houver;
- e) Município/UF do produtor.

Parágrafo 1º. A identificação, portanto, deve ser clara e precisa ao consumidor final, a fim de garantir acesso à origem do produto que o estabelecimento comercial disponibiliza, além de possibilitar a responsabilidade do produtor agrícola por eventual irregularidade na qualidade deste produto.

Parágrafo único. A comprovação destas obrigações deverá ocorrer em **até 5 (cinco) dias após o decurso do prazo previsto no Artigo 1º da Cláusula Primeira, por meio de documentos que comprovem o adimplemento integral da obrigação assumida, seja por meio de mídia, tais como dvd's, fotos, vídeos, e/ou petição/documento encaminhados diretamente a esta Promotoria de Justiça ou pelo e-mail: lages06pj@mpsc.mp.br**, sob pena de incidir na multa pelo descumprimento, prevista na cláusula sexta, artigo 1º.

CLÁUSULA SEGUNDA: PREVENÇÃO

Art. 1º. A **COMPROMISSÁRIA** assume a obrigação de fomentar, ante a vigência do princípio da boa-fé nas relações comerciais e consumeristas, a adoção de boas práticas agrícolas pelos produtores/fornecedores de frutas, legumes, verduras e cereais, como medida eficaz para prevenir riscos à saúde dos consumidores, dos trabalhadores e ao meio ambiente.

CLÁUSULA TERCEIRA: MEDIDA COMPENSATÓRIA

Art. 1º. Pela realização das perícias em relação aos alimentos analisados, a **COMPROMISSÁRIA** assume a obrigação de pagar, no prazo de até o dia 30 (trinta) deste mês, ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL), CNPJ 76.276.849/0001-54, criado pela Lei

Estadual n. 15.694/2011, mediante boleto bancário enviado por e-mail, **a medida compensatória de R\$ 330,00** (trezentos e trinta reais) – correspondente ao custo de uma análise laboratorial, em parcela única, com data de vencimento para o dia 18/09/2018;

CLÁUSULA QUARTA: MEDIDA INDENIZATÓRIA

Art. 1º. A COMPROMISSÁRIA, como medida de compensação indenizatória pelos danos provocados aos direitos difusos e individuais homogêneos tutelados pelo presente instrumento, pagará, ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL), CNPJ n. 76.276.849/0001-54, criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011, mediante boleto bancário emitido por esta Promotoria de Justiça e enviado ao e-mail supermercadobelli@gmail.com, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), com vencimento em 18/10/2018.

CLÁUSULA QUINTA: COMPROVAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

Art. 1º. A comprovação das obrigações de fazer, não fazer, e de dar deverão ocorrer em até 5 (cinco) dias após o cumprimento/pagamento, por meio da apresentação de comprovante de quitação integral e dentro do prazo estipulado a esta Promotoria de Justiça, pessoalmente ou, pelo e-mail: lages06pj@mpsc.mp.br.

CLÁUSULA SEXTA: CLÁUSULA PENAL

Art. 1º. Pelo descumprimento de quaisquer das obrigações ora assumidas, **a COMPROMISSÁRIA** (CNPJ N. 92.016.757/0056-65) pagará ao FRBL, mediante boleto a ser emitido por esta Promotoria de Justiça, o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

CLÁUSULA SÉTIMA: REINCIDÊNCIA

Art. 1º. A multa cominatória fixada na Cláusula Quarta é cumulativa

e incidirá tantas vezes quantas forem as obrigações descumpridas.

CLÁUSULA OITAVA: COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 1º. O **MINISTÉRIO PÚBLICO** se compromete a não adotar qualquer medida judicial de cunho civil contra a **COMPROMISSÁRIA** no que diz respeito aos itens acordados, caso este ajustamento de conduta seja integralmente cumprido.

CLÁUSULA NONA: FORO

Art. 1º. As partes elegem o foro da Comarca de Lages para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente TAC.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso em 2 (duas) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, cujas cláusulas têm aplicação imediata, a despeito da remessa posterior ao Conselho Superior do Ministério Público, para homologação.

Lages, 18 de setembro de 2018.

NEORI RAFAEL KRAHL
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Tiago Zaffari
COMERCIAL ZAFFARI LTDA